**INDICAÇÃO Nº 663/2018**

Assunto: **Solicita, como sugestão, a inscrição de profissionais da Secretaria de Meio Ambiente no curso online de elaboração de Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMAs).**

**Senhor Presidente,**

**INDICO** ao Sr. Prefeito Municipal, nos termos do Regimento Interno desta Casa de Leis, que se digne V. Ex.ª determinar à Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura, a inscrição de profissionais da Secretaria de Meio Ambiente no curso online de elaboração de Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMAs).

”O curso online sobre PMMA é direcionado aos técnicos das prefeituras, membros dos conselhos de meio ambiente municipais, organizações de apoio à gestão municipal e outros atores envolvidos na conservação da Mata Atlântica que possam multiplicar conhecimentos em seus municípios e garantir a efetiva elaboração e implantação dos Planos Municipais da Mata Atlântica.

Conforme previsto em na Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/06, a Lei da Mata Atlântica), os municípios devem assumir sua parte na proteção dessa importante floresta através dos instrumentos de planejamento.

O principal deles é do **Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA)**, que reúne e normatiza os elementos necessários à proteção, conservação, recuperação e uso sustentável da Mata Atlântica. A elaboração e implementação do PMMA deverá ser efetivada em cada município desse Bioma pelas Prefeituras e Conselhos de Meio Ambiente (para saber se o seu município está inserido no domínio de Mata Atlântica conforme a Lei, o plano traz benefícios para a gestão ambiental e o planejamento do município).

Vários resultados importantes para o Município podem derivar do PMMA, como:

- Estruturação do planejamento integrado no município;

- Mapeamento de áreas para fins de regularização fundiária, licenciamento e conservação de mananciais;

- Segurança jurídica com o cumprimento da Lei da Mata Atlântica, da LC 140/2011, e colaboração ao cumprimento do Código Florestal com apoio aos munícipes na inscrição no Cadastro Ambiental Rural e nos programas de regularização;

- implementação de um instrumento norteador e balizador para os Municípios que estão licenciando atividades e empreendimentos em seu território, em virtude da descentralização do licenciamento ambiental pelo órgão ambiental, assegurando igualmente maior segurança jurídica;

– planejamento do município para o enfrentamento dos efeitos adversos da mudança do clima utilizando os próprios ecossistemas da Mata Atlântica para ajudar as pessoas a se adaptarem às mudanças previstas;

- Mitigação de impactos à sociedade de eventos climáticos extremos (por exemplo: deslizamentos, enchentes etc.), na prevenção de ocupações;

- Valorização do Conselho de Meio Ambiente Municipal e operacionalização dos Fundos Municipais de Meio Ambiente;

- Possibilidade de apoio técnico e institucional para capacitação, elaboração e implementação do PMMA por meio das Secretarias estaduais e da Fundação SOS Mata Atlântica; etc.”

**SALA DAS SESSÕES**, 27 de abril de 2018.

**LEILA BEDANI**

Vereadora - PV